



ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE NO PARQUE DA CRIANÇA APÓS REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO

CHILD'S PARK ACCESSIBILITY ANALYSIS AFTER SPACE REQUALIFICATION

LIMA, Larissa Ramos (1)

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto (2)

(1) Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestranda PPGAUD/UFC

e-mail: larissaramos@alu.ufc.br

(2) Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora

e-mail: zilsa@arquitetura.ufc.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo evidenciar a importância da acessibilidade nos espaços públicos e disseminar a cultura da inclusão, junto ao conceito de cidade educadora que afirma que o espaço por si só não pode resolver os desafios da cidade, mas também precisa da transversalidade entre as políticas públicas e a avaliação junto à população dos espaços educativos da cidade. Tendo como recorte espacial, o Parque da Criança, situado no centro da cidade de Fortaleza-CE. Com a intenção de estudar as condições de acessibilidade do lugar, é realizado um estudo comparativo, por meio de visita técnica *in loco*, das condições de acessibilidade em 2017, pelo levantamento técnico através do Relatório de Acessibilidade dos Equipamentos das Praças de Fortaleza, em comparativo a situação atual, em 2022, quando foi recém inaugurado pela prefeitura da cidade, reforçando a ideia de parque urbano contemporâneo de caráter patrimonial no centro da cidade, com ênfase especial na dimensão social e na memória do Parque da Liberdade como Cidade da Criança e sua conexão com a Praça do Sagrado Coração de Jesus.

Palavras-chave: Acessibilidade, Espaço público, Parque, Criança.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of accessibility in public spaces and to disseminate the culture of inclusion, together with the concept of an educating city that states that space alone cannot solve the challenges of the city, but also needs transversality between the cities. public policies and the evaluation of educational spaces in the city with the population. Having as a spatial cut, the Children's Park, located in the center of the city of Fortaleza-CE. With the intention of studying the accessibility conditions of the place, a comparative study is carried out, through an on-site technical visit, of the accessibility conditions in 2017, by the technical survey through the accessibility report of the equipment of the squares of Fortaleza, in comparison the current situation, in 2022, when it was just inaugurated by the city government, reinforcing the idea of a contemporary urban park with a heritage character in the center of the city, with special emphasis on the social dimension and on the memory of Parque da Liberdade as the City of Children and its connection with the Sacred Heart of Jesus Square.

Keywords: Accessibility, Public space, Park, Child.



INTRODUÇÃO

A cidade está cada vez mais conectada com o mundo virtual e conceitos como: “trabalho a distância”, “eventos síncronos”, “assíncronos”, “rede”, estão cada vez mais presentes no vocabulário dos seus cidadãos. Esse movimento faz com que a vida em sociedade dependa cada vez mais “o que” e “a quem” estamos nos conectando. Essas transformações fazem com que a educação também passe por transformações, sendo necessário se pensar em outros formatos de educar além dos parâmetros econômicos e produtivos e iniciar um processo onde se promova uma educação que desenvolva valores de uma cidadania democrática.

O conceito de cidade educadora apareceu na literatura em 1972, no livro “Aprender a Ser” de Edgar Fauré *et al.* O livro faz uma análise extensa sobre a situação da educação nas sociedades do mundo, onde os autores enfatizam que o ensino deve ter alguns pilares principais, como a criatividade, propondo que haja um investimento e crescimento do “ser criativo” sem desrespeitar as disciplinas e regras e o compromisso social, impulsionando que as escolas tenham um compromisso de adaptação para a preparação e para a vida em sociedade. Todos os componentes citados pelo livro resultam na concretização de orientações que tem a finalidade de potencializar as capacidades de aprendizagem, conhecimento e compreensão sobre o mundo e sobre si próprios. (AIECE, 2008)

Este livro foi produto do relatório da Comissão Internacional do Desenvolvimento da Educação para a Organização das Nações Unidas (UNESCO) e nessa perspectiva da educação que se molda além da idade, das barreiras físicas e institucionais, a Câmara Municipal de Barcelona, em 1989, assumiu o conceito de cidade educadora, reafirmada em 1990, no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, na cidade de Barcelona, apresentando uma proposta significativa para a educação formal e informal destinando-se a todos que a habitam e também revelando compromissos políticos, públicos e ativos no que se diz respeito não só as escolas e as famílias, como aos municípios, associações, empresas, instituições entre outros, elaborando assim, a Carta das Cidades Educadoras. Posteriormente, em 1994, este movimento formalizou-se como Associação Internacional, oficialmente criada no 3º Congresso das Cidades Educadoras, onde ocorreu a revisão da carta a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais. (GÓMEZ-GRANELL e VILA, 2003)

A carta que teve sua primeira redação voltada à infância e juventude, com o passar dos anos e as mudanças que ocorreram nas sociedades, teve uma atualização, passando a



englobar todos os agentes participantes da sociedade. Em sua composição a carta afirma que uma cidade educadora se compõe em três pilares: boa comunicação, os governos devem esclarecer o porquê e como suas políticas são realizadas; participação co-responsável, definindo e acordando as ações; avaliação, estudando o impacto educativo das políticas e seu grau de eficácia

“Sem dúvida, a posição de maior influência sobre este processo – como ocorre em todas as políticas transversais – é a que possa e queira ter a pessoa que está à frente do município; a sua convicção é determinante na atitude dos seus colaboradores políticos e técnicos e, portanto, é ela que deve liderar não só nominalmente, mas sim, realmente, no processo de adesão, primeiro, e no da aplicação, depois, da Carta das Cidades Educadoras.” (AIECE, 2008, p. 22)

A Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), conta com a participação de cidades associadas que, independentemente da sua dimensão, partilham os princípios da Carta de Cidades Educadoras, comunicando e colaborando entre si, no desempenho da aplicação da mesma. A associação tem dentro de seus objetivos: Promover o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, impulsionar colaborações e ações concretas entre as cidades, de participar e cooperar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns, aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e promover a sua concretização, influenciar no processo de tomada de decisões dos governos e das instituições internacionais em questões de interesse para as Cidades Educadoras; e dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais.

O movimento das cidades educadoras é uma rede que, no ano de 2020, contou com mais de 500 cidades de 36 países distribuídos por todos os continentes. Estas cidades fazem parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras - AICE (International Association of Educating Cities), que tem um objetivo de escala global voltado para a educação ao longo da vida e, por meio das cidades, mobiliza todos os agentes educativos do território situando a educação como eixo central do seu projeto de cidade.

Em 2022, 25 cidades brasileiras são membros da AICE, sendo elas: Araraquara, Camargo, Carazinho, Curitiba, Gramado, Guaporé, Guarulhos, Horizonte, Marau, Mauá, Nova Petrópolis, Palmeira, Passo Fundo, Porto Alegre, Raul Soares, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Gabriel, São Paulo, Sarandi, Soledade, Vitória de Santo Antônio. (AIECE, 2022). Este movimento tem um grande potencial de convergência naqueles que têm a responsabilidade de orientar e regular a vida das cidades e os que trabalham com educação, dois protagonistas da vida urbana que acabam não sendo aliados



naturais, neste espaço de desconhecimento entre esses dois atores ocorre a desvalorização da base da existência e do desenvolvimento das sociedades democráticas: a formação cívica dos cidadãos. Para que a cidade construa um projeto educativo é preciso que haja uma transversalidade e interdisciplinaridade na sua estrutura municipal, que potencialize novas formas de participação da sociedade civil.

O conceito de cidade educadora está diretamente ligado a atividades sociais e culturais que a cidade oferece e que potencializam a capacidade educacional formalmente e informalmente dos seus cidadãos. De acordo com VILLAR (2011), a cidade educadora é a cidade das relações, onde se pretende aproveitar todas as possibilidades obtidas no espaço, sejam elas estéticas, ambientais, naturais, ou de convivência, que atuando em conjunto com a comunicação e a criação de seus cidadãos.

A cidade educadora não pode por si só ser a chave da resolução de todos os desafios da cidade, mas pode intencionar e promover um ambiente de qualidade cívica e de convivência urbana que induza as pessoas a tomarem consciência das mudanças.

A cidade de Fortaleza não figura na lista de cidades educadoras brasileiras, contudo, buscando-se a conexão do conceito de cidade educadora para um recorte espacial de análise na cidade de Fortaleza, chegamos ao Parque da Liberdade, ou Parque da Criança, como é mais conhecido pela população, em que sua história de criação e uso em longo período de tempo, demonstrou ter essa característica educadora na cidade.

1. O PARQUE DA CRIANÇA

O Parque da Liberdade situa-se no centro de Fortaleza entre as ruas General Bezerril, Pedro I, Pedro Pereira e Avenida Visconde do Rio Branco (Figura 1), com área de 26.717,00m². Foi criado antes do conceito de cidade educadora, mas é um exemplo de grande valor para aplicabilidade do que se acredita em relação ao tema. Além de ser um espaço geograficamente privilegiado, por se situar no centro da cidade de Fortaleza, tem um grande valor afetivo e paisagístico para a região, que hoje tem grande atividades comerciais, edifícios e serviços públicos em geral. Também é possível observar do local edificações patrimoniais como a Igreja e a Praça do Sagrado Coração, integração que existe tanto visualmente quanto historicamente.



Figura 1: Imagem aérea Parque da Liberdade/Cidade da Criança
 Fonte: Google Earth Pro, modificado pela autora.

O espaço que abrigava a Lagoa do Garrote (Figura 2) teve sua paisagem alterada pela primeira vez em 1890, com a construção de um jardim público, transformando a lagoa em um grande espelho d'água com passeios pavimentados ao seu redor, ganhando a denominação de Parque da Liberdade em alusão a abolição da escravatura no Ceará, que ocorreu em 1884. (DIÓGENES e CARTAXO, 1983 apud SANTIAGO, 2011, p. 375)



Figura 2 - Lagoa do Garrote
 Fonte: SANTIAGO, 2011 (Álbum Fortaleza Antiga).

De acordo com Góes (2015), em 1922, o prefeito Ildefonso Albano, iniciou uma reforma no local, que passou por intervenções como a instalação de muros e grades de ferro de desenho neocolonial e a inserção de um conjunto de edifícios de estilo eclético.

Em 1938, o espaço passou por novas reformas recebendo um novo nome: Parque da Criança, pois por conta do Decreto Nº 187, de 28 de Janeiro, foi instituído o serviço de Educação Infantil, pela prefeitura de Fortaleza, que funcionou no local por muitos anos oferecendo um novo tipo de serviço a cidade, uma escola pré-primária, para crianças de 3 a 6 anos de idade, sob a supervisão do estado, além do funcionamento da escola novas construções também se iniciarem ao redor da praça para abrigar atividades escolares, bem como atividades físicas e sociais dos estudantes (Figura 3). As mudanças ocorridas no Parque



da Liberdade passaram a ser bem aceitas pela população da cidade, fazendo com que o local passasse a ser reconhecido pelas atividades escolares e uma nova área de lazer aos fortalezenses. (GÓES, 2015)



Figura 3 - Crianças tendo aula ao redor da lagoa do Garrote

Fonte: Assis Lima Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2011/05/parque-da-liberdade-cidade-da-crianca.html>>

De acordo com Santiago (2011), com a construção das salas de aula em 1938 ou depois, em 1954, provavelmente, quando o Serviço de Educação Infantil passou à denominação de Escola Alba Frota, a parte onde funcionava o restaurante do Parque, foi ampliada com uma área sobre pilotis, abrigando salas no pavimento superior, apresentando características semelhantes nos aspectos de fachada (Figuras 4 e 5).

A escola funcionou no local até a década de 1990, quando foi transferida para outro espaço da cidade. Em 1991, a então Cidade da Criança passa a ser patrimônio histórico e cultural da cidade de Fortaleza. Em 1994, passa a ser a sede da então recém-criada Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), recebendo novas atividades socioeducativas, festivas e de acolhimento a crianças de baixa vulnerabilidade social. As edículas antes construídas para o funcionamento do Serviço de Educação Infantil foram preservadas por fora, embora seu interior tenha sido modificado para compatibilidade com o serviço da instituição pública ali presente.





Figura 4 - Ampliação do restaurante para funcionamento do Serviço de Educação Infantil
 Fonte: Santiago, 2011

Figura 5 - Edificações do Serviço de Educação Infantil – vista do terraço
 Fonte: Santiago, 2011

Com o passar dos anos e com a expansão da cidade de Fortaleza, com novos usos e aparecimento de novas centralidades, como Aldeota, Montese, dentre outras, o centro da cidade foi perdendo a hegemonia, assim, o Parque da Criança passou por um processo de abandono, estando presente no local, não só danos estruturais, mas também de sensação de insegurança.

Em 2018, um concurso nacional de ideias promovido pela Prefeitura de Fortaleza veio trazer uma nova esperança de mudança de cenário com uma intervenção para esta área, iniciou-se em 2020 a obra de revitalização do local que teve duração de um ano e seis meses e investimento de R\$ 8,6 milhões, sendo reinaugurado no dia 21 de dezembro de 2021.

2. REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA CRIANÇA

O projeto do novo Parque da Criança, resultado do Concurso Nacional de Ideias para Requalificação do Parque da Liberdade, teve o projeto do arquiteto Yuri Nobre como vencedor, tendo como principal foco a criação de um espaço vivo e convidativo, com intenção de resgatar o caráter patrimonial e a memória da antiga “Cidade da Criança”, ampliando sua ligação com a Praça Coração de Jesus que também tem um significado histórico para a cidade (Figuras 6 e 7).



Figura 6 – Vista aérea proposta de projeto
 Fonte: Yuri Nobre. Disponível em: <<https://www.yurinobre.arq.br/pu-pdc?lightbox=datable-jnkuz51d4>>

Na concepção do projeto, todo o parque ganha uma nova pavimentação, tendo suas edificações reformadas e com novos usos e o nível da rua interna é elevado ao mesmo dos



passeios, embora na execução do projeto, isso não aconteceu, possivelmente por conta do tráfego do terminal de ônibus na área. Na parte da vegetação poucas modificações foram pontuadas em sua maioria tendo a intenção de serem completamente mantidas com adição de novas espécies arbustivas e arbóreas para compor a paisagem, sem agredir a memória visual do parque, onde também é previsto um circuito de ilhas pedagógicas circulares com brinquedos que atuam no estímulo cognitivo de talentos específicos ligados a cada tipo de inteligência dentro do conceito da Teoria das Inteligências Múltiplas.



Figura 7: Masterplan geral
 Fonte: Yuri Nobre, modificado pela autora



Figura 8: Masterplan ilhas pedagógicas
 Fonte: Romullo Baratto. Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/931889/projeto-transforma-a-praca-da-liberdade-de-fortaleza-em-uma-cidade-das-criancas>

De acordo com Baratto (2020), um dos diferenciais do projeto foi a referência utilizada pelo psicólogo Howard Gardner, da Universidade de Harvard (EUA), que fala sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas. A teoria das inteligências múltiplas pode ser abordada por vários aspectos e tem em sua definição que os indivíduos possuem diferentes tipos de mentes, assim, apresentando diferentes inteligências, surge justamente para explicar que a inteligência abrange diferentes áreas. Ou seja, é necessário estimular, desde a infância, aspectos cognitivos, lógicos, sociais e afetivos nos projetos com o foco no desenvolvimento pessoal, em especial no recorte da infância.

Por todo o parque existe um percurso exploratório que tem como base a Teoria das Inteligências Múltiplas e que faz parte do partido arquitetônico do projeto, distribuído por todo o espaço, onde o usuário pode criar seu próprio caminho em relação ao seu aprendizado. Esses



espaços são espécies de “ilhas pedagógicas”, que estão setorizadas e interligadas por todo o parque. Contando com sete ilhas nas quais existem equipamentos para atividades cognitivas e estímulos sensoriais, tais como: musical, lógica, espacial, interpessoal, linguística, intrapessoal e motora.

É previsto que na instalação do projeto as sete ilhas pedagógicas possuam piso de borracha reciclada, visando a segurança dos usuários que utilizam os brinquedos (Figura 8). Além disso, também é previsto a instalação de equipamento sonoro ao lado dos totens de explicação de cada ilha, para acessibilidade ao usuário deficiente visual, os quais ainda não se encontram instalados no local.

3. ACESSIBILIDADE NO PARQUE – ANTES (2017) E DEPOIS (2022)

A metodologia utilizada para avaliação das condições de microacessibilidade¹ foi Avaliação Pós-Ocupação (APO) com análise no local e documentação das características espaciais do equipamento por meio de ficha de registro com os critérios a serem avaliados, como: existência de piso tátil, travessias e guias rebaixadas, vegetação, mobiliário e estacionamento. Como critérios utilizados para acessos pontuou-se: tipos de pavimentação, rampas, sinalização (mapa tátil); para circulações horizontais: desníveis, tipo de pavimentação, largura mínima da circulação; para circulações verticais: inclinação, largura mínima, inclinação transversal. Com base nas normas de acessibilidade definidas pela NBR 9050/2020 e a NBR 16537/2016. Para fins comparativos, foram utilizadas referências do Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (SANTIAGO et al, 2017)², que foram correlacionadas com a visita técnica realizada pelas autoras em maio de 2022.

Na entrada de acesso pela rua Rua Pedro I e Solon Pinheiro existia uma rampa que, antes da reforma, possuía forma levemente inclinada, com largura de 2,18m com altura do corrimão único medindo 0,9m, além disso o local também contava com piso tátil inserido de forma irregular.

¹ De acordo com Vasconcellos, a microacessibilidade refere-se à facilidade relativa de acesso direto às edificações e pontos desejados, estando mais associada ao planejamento da mobilidade e à questão do desenho urbano universal. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2016/07/entenda-o-que-e-microacessibilidade> Acesso em 22/05/2022.

² Relatório de Pesquisa PIBIC/UFC elaborado em abril de 2017 pela Prof.^a Dr.^a Zilsa Maria Pinto Santiago; Carlos Bruno Oliveira Rocha, Graduando em Arquitetura e Urbanismo/UFC; e a Arquiteta e Urbanista convidada Fernanda Lessa Ribeiro.



Após a reforma, verificou-se a remoção da rampa e do corrimão único, sendo a solução encontrada para o desnível o nivelamento do piso. Também houve a recolocação do piso tátil direcional, entretanto, percebeu-se que a escolha de materiais, que se repete por todo o parque, não cumpre o item 5.6.1 da ABNT NBR 16537:2016, onde a sinalização tátil direcional ou de alerta no piso precisa ter contraste de luminância (LRV) entre o piso tátil e a superfície do piso adjacente, na condição seca ou molhada (Figura 9). Entretanto, no local a diferença do valor de luminância entre a sinalização tátil no piso e a superfície adjacente não atende as especificações, possuindo cores similares e impedindo que pessoas com baixa visão consigam fazer essa diferenciação.



Figura 9 – Antes e Depois acesso entre rua Pedro I e rua Solon Pinheiro.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).

Essa decisão de projeto afeta diretamente pessoas com baixa visão. Conforme a norma, são indivíduos que mesmo usando óculos comuns ou lentes de contato não possuem uma visão nítida. Segundo a OMS, cerca de 70% das pessoas com deficiência visual ainda possuem alguma visão aproveitável e passível de treinamento. As pessoas com baixa visão fazem uso do resquício de visão no desenvolver da maioria de suas atividades diárias, principalmente para a sua locomoção. Este fato evidencia ainda mais a necessidade do uso de luminâncias contrastantes na sinalização tátil no piso.

Outro ponto desconforme com a norma é a falta de padronização e contraste de luminância semelhantes para um mesmo caminho, de acordo com o item 7.3.3 da ABNT NBR 16537 (2016), após a reforma pode-se perceber que o piso aplicado possui contraste de luminância diferentes em determinados espaços. Além disso, foi instalado um piso de superfície antiderrapante de concreto moldado *in loco* na cor amarela (Figura 10) que permite a



adaptabilidade, de uso simples e intuitivo, que permeia por todo o parque e auxilia os pedestres possam como rota acessível interligando as ilhas, além de requerer baixo esforço físico. Esta faixa possui um piso tátil direcional na lateral, cujo contraste de luminância com o piso adjacente não é suficiente, o que torna difícil sua localização e utilização.



Figura 10: Piso acessível aos pedestres
 Fonte: Acervo pesquisa (2022).

O parque permite a circulação de veículos, com tráfego baixo, o desnível entre rua e passeio chega em alguns pontos a 30cm, porém há existência de faixa de pedestres elevada em alguns trechos do local. A faixa de pedestre antiga possuía piso tátil direcional e de alerta bem degradados com quebras e rachaduras aparentes e instalados de forma incorreta, também podia-se perceber pequenos desníveis existentes entre passeio e faixa de pedestres. Com a reforma a faixa foi restaurada e o piso tátil substituído, contudo continua sem contraste com o piso adjacente, além de não haver na área sinalização sonora, placas visuais, sinalização na própria faixa de pedestre para auxílio da travessia (Figura 11).



Figura 11: Antes e depois faixa de pedestres elevada.
 Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).



Na visita ao local não foi encontrada a instalação de mapas táteis/sonoros. Os planos e mapas acessíveis são representações visuais, táteis e/ou sonoras que servem para orientação e localização de lugares, rotas e especificações sobre o local. De acordo com o Anexo B.4, da NBR 9050/2020, os mapas acessíveis de orientação devem ser instalados imediatamente após a entrada principal dos espaços.

Antes da reforma o piso tátil direcional e de alerta eram escassos e colocados de forma incorreta, podia-se perceber a existência de pequenos desníveis, passeio e faixa de pedestres com pisos quebrados e rachaduras. Com as intervenções a calçada foi toda reformada com a inserção de novo piso de pedra natural, troca do piso tátil e inserção de novas peças que principalmente na calçada onde se encontram as edificações, contudo continua sem contraste com o piso adjacente (Figura 12).

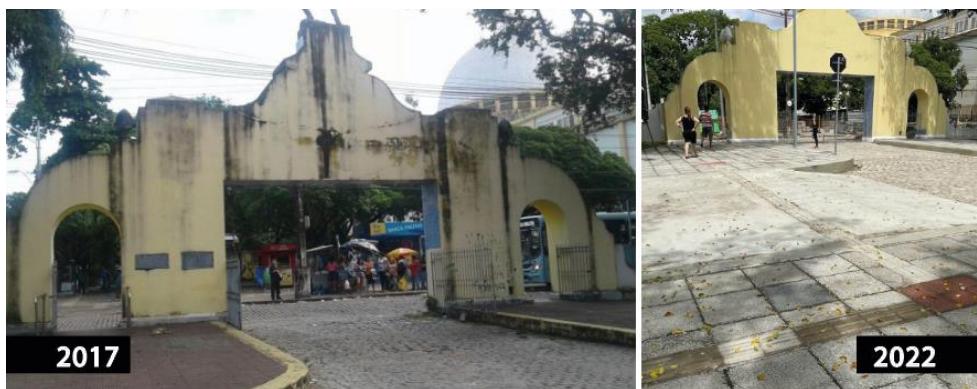


Figura 12: Acesso pela Rua Pedro I.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).

O passeio do prédio maior e mais antigo, que tem área sobre pilotis estava bastante degradado com o rebaixamento de guia incorreto para vencer desnível de 9cm até o passeio. Na reforma o passeio foi nivelado, sendo inserido também um faixa de pedestre elevada próximo ao local, além disso houve a inserção de piso tátil por todo o caminho (Figura 13). Entretanto, na outra forma de acesso ao local, situada na lateral, foi notado irregularidade dos degraus que possuíam espelho de 24cm, 13cm, 12cm e 8cm em sequência, podendo ocasionar acidentes a pedestres desatentos.

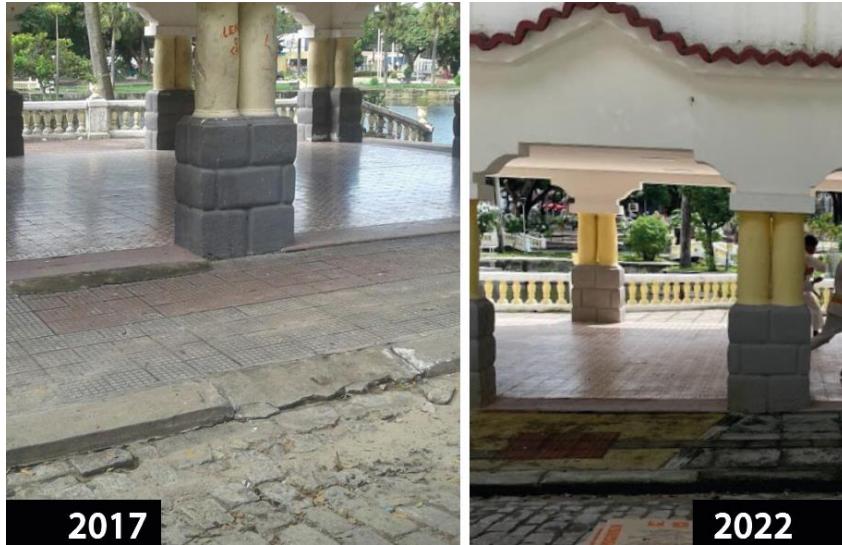


Figura 13: Desnível rampa acesso.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).

No que se percebia em relação às rampas de acesso do local, era a irregularidade do rebaixamento das guias, instaladas incorretamente para vencer desnível de 0,29m até o passeio, bem como a inexistência de faixa de pedestres ligada diretamente ao rebaixamento. As novas rampas instaladas possuem 1,54m de extensão e 1,2m de largura com instalação de piso de alerta, porém continuam sem receber a faixa de pedestre ligada ao rebaixamento (Figura 14).



Figura 14: Rampas de acesso.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).



As calçadas que dão acesso aos prédios do parque não possuíam rota acessível, com piso tátil direcional e de alerta, nem caminhos por meio de placas informativas. Com a reforma houve a instalação do piso tátil e a criação de uma rota acessível que contempla todos os prédios do local, mas não foram identificadas placas de sinalização (Figura 15).



Figura 15: Passeio de acesso aos prédios.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).

Antes da reforma, nenhum dos prédios possuía rota acessível e em sua maioria não possuía sequer rampas que facilitasse o acesso ao local por pessoas com deficiência, além disso possuíam degraus com espelhos com dimensões irregulares. Para isso foram instaladas rampas em estrutura metálica desmontável, com degraus e guarda-corpo em aço inox natural, com a finalidade de corrigir os degraus irregulares, e permitir o acesso a todos os prédios (Figura 16).



Figura 16: Acesso aos prédios.

Fonte: Relatório de acessibilidade dos equipamentos das praças de Fortaleza (2017) e Acervo pesquisa (2022).



4. ILHAS PEGADÓGICAS

Na busca pela apropriação do espaço público por meio da memória afetiva da Cidade da Criança, é proposto como estratégia de resgate da vivência do local e da memória do parque como característico do lazer infantil, o conceito construtivista de aprendizado e lazer com a síntese do espaço público e a matéria lúdica como atrativo para os usuários.

O acesso às ilhas se dá por uma pavimentação acessível de concreto moldado *in loco* que permeia todas elas, a pavimentação possui em suas laterais um piso tátil direcional, que como já foi dito anteriormente, não cumpre bem seu papel, pela falta de contraste de luminância com o piso adjacente, dificultando ainda mais sua localização.

Apresentamos algumas pontuações e observações sobre cada ilha (Figura 17):

- **Ilha interpessoal:** esta ilha conta com três brinquedos que estimulam a interação e a cooperação entre as crianças, na intenção de que o trabalho em equipe as estimule a criar relacionamentos saudáveis que somam em aprendizados essenciais para a vida. No momento da visita pode-se perceber a interação de três crianças, dois adolescentes e duas acompanhantes, que enquanto as crianças e o adolescente brincavam no espaço, aguardavam embaixo de uma árvore presente no local, em outro momento mais dois adolescentes também utilizaram o espaço para brincar. Próximo ao local também se notou a instalação de um Mini Bicicletar – sistema de bicicletas compartilhadas que incentiva às crianças da cidade de Fortaleza uma forma de diversão sustentável. As bicicletas possuem rodinhas retráteis que incentivam as crianças a ter autonomia e a criarem o hábito de explorar o mundo por si mesmas.
- **Ilha linguística:** A segunda ilha conta com um brinquedo e tem o intuito de estimular a criatividade, a sabedoria e a sensibilidade das crianças. O espaço contava com um grande equipamento com blocos de letras para formação de palavras e mobiliários ao redor para espera. Durante a visita não foi relatada a utilização do espaço por nenhuma criança presente no parque.
- **Ilha intrapessoal:** A terceira ilha incentiva o autoconhecimento das crianças através do brincar, implementando brinquedos que estimulam os usuários a entender e controlar as próprias emoções onde são instalados 3 equipamentos mais lúdicos que fazem com que as crianças se desafiem para se encaixar nas formas apresentadas, o local também conta com mobiliário para espera. Durante a visita foi observado duas crianças



acompanhadas por um único adulto, além disso, no mobiliário de espera foi visto uma pessoa dormindo no local.

- **Ilha motora:** A quarta foi a ilha mais movimentada pelos usuários no dia da visita, sendo o espaço com brinquedos mais desafiadores, com o intuito de estabelecer relação com o controle emocional através das habilidades e movimentos estimulados pelo mobiliário lúdico instalado. Durante a visita, foi a ilha mais utilizada, estavam no local cinco crianças, acompanhadas de três adultos.
- **Ilha musical:** A quinta ilha um pouco mais afastada das demais por conta do seu intuito de estimular o conhecimento dos sons, vibrações e frequências, sendo inclinada a uma experiência sensorial singular, ampla e acessível dentro do universo da música. A área conta com três equipamentos e durante a visita nenhuma criança foi vista no local, embora cerca de quatro adultos tenham parado para experimentar as instalações.
- **Ilha lógica:** A sexta ilha foge um pouco das demais apresentadas e tem o intuito de lidar com o espaço racional e cognitivo das crianças, o mini labirinto instalado no meio da praça estimula o conhecimento, a memória e o raciocínio lógico de uma forma divertida. Durante a visita não foi vista nenhuma utilização do espaço.
- **Ilha espacial:** A sétima ilha convida as crianças a explorar formas, texturas e dimensões diferentes, vivência essencial para estimular a imaginação das crianças. Foi proposto uma espécie de circuito para que as crianças percorram, entretanto, o espaço não oferece nenhum tipo de proteção, uma vez que, as crianças estarão realizando atividades com mais riscos. Durante a visita não foi observado a utilização deste espaço e observou-se que foi o único que não possuía vegetação com sombreamento e mobiliário próximo.

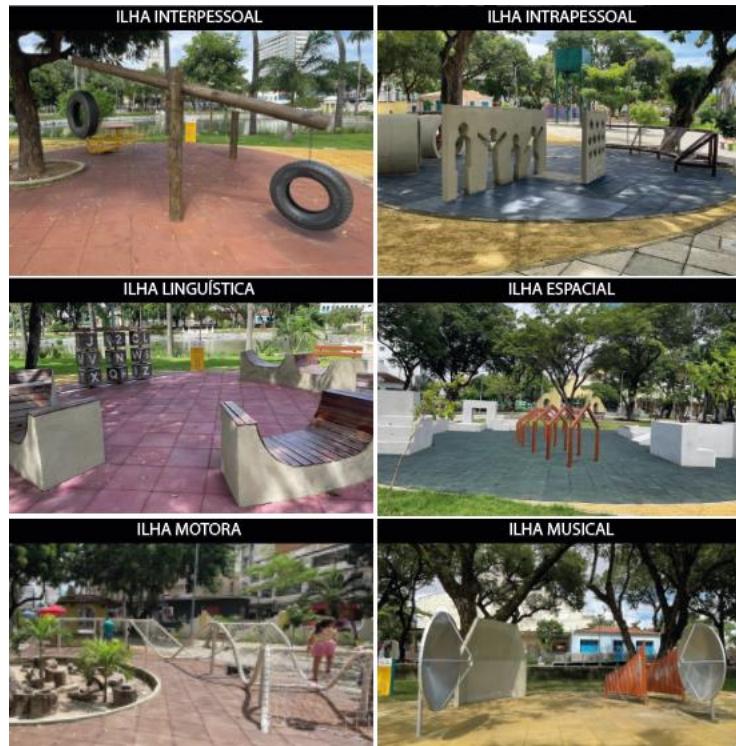


Figura 17: Ilhas pedagógicas
 Fonte: Acervo pesquisa (2022).

Ao longo de todo o percurso existe um paisagismo contemplativo fazendo com que o parque tenha um ambiente acolhedor, mesmo estando situado no meio de espaços de comércio e terminal de ônibus no centro da cidade. Com espaços contemplativos o projeto utiliza plantas aquáticas para a purificação da água presente na Lagoa do Garrote. Por conta da lagoa, para segurança e para criação de uma espécie de “barreira física”, mas não visual, percebe-se uma vegetação baixa que de certa forma não permite que as crianças que utilizam o gramado possam se aproximar do espaço da lagoa, que tem uma altura considerável e sem proteção de guarda-corpo (Figura 18).



Figura 18: Barreira natural verde de proteção Lagoa do Garrote
 Fonte: Acervo pesquisa (2022).

O espaço ao redor da lagoa, entretanto, ainda apresenta locais de maior risco tanto para o público infantil quanto para pessoas com deficiência, uma vez que o passeio não possui nenhum tipo de sinalização ou qualquer balizador impedindo a identificação ou limitação ao abismo que dá acesso ao lago, sendo uma área que permite o acesso ao lago de forma direta ao nível do pedestre, podendo ocasionar acidentes aos usuários. Além disso, portais de acesso para os arredores da lagoa não possuem nenhum tipo de controle de entrada ou saída, ficando totalmente expostos. Provavelmente eram espaços de embarque de pedalinhos que foram utilizados no lago nos anos de 1970 (Figura 19).



Figura 19: Sem barreira de proteção Lagoa do Garrote
 Fonte: Acervo pesquisa (2022).



Além da restauração estabelecida no parque, as obras incluíram a construção do Memorial da Liberdade, da Casa do Ciclista, contando com bicicletário e vestiários, que servem de apoio aos ciclistas que acessam o centro da cidade como destino ou passagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa pode-se concluir que a requalificação do local estudado trouxe inúmeros benefícios, muitas melhorias e novidades, principalmente relativo à difusão de conceitos como cidade educadora e espaço de lazer, contudo, sobre as questões de acessibilidade, ainda apresenta algumas condições não favoráveis aos seus usuários, tanto para aqueles que possuem alguma deficiência, quanto para as próprias crianças. O local como espaço público de lazer no centro da cidade tem um grande valor afetivo para a população, mas é importante que ofereça mais requisitos que favoreçam conforto e autonomia a todos os usuários.

Sobre a análise dos dados coletados em campo nota-se que a situação da praça visitada é positiva em relação a alguns critérios de acessibilidade estabelecidos, como: rota livre de obstáculos, faixa de pedestre elevada, vegetação adequada e tipo de pavimentação. Em análise mais detalhada, entretanto, verifica-se inadequações no produto final em relação a algumas normas da ABNT que trazem recomendações sobre pontos específicos, como é o caso da ABNT NBR 16537:2016, sobre a sinalização tátil direcional ou de alerta no piso precisa ter contraste de luminância (LRV) entre o piso tátil e a superfície do piso adjacente.

Além disso, é perceptível que alguns detalhes em relação à execução das obras apresentam falhas no que se refere aos quesitos de acessibilidade e sinalização nas travessias e pisos existentes no local. Reforçando a necessidade de uma aproximação maior às reais necessidades dos usuários com deficiência e mobilidade reduzida, bem como da segurança para crianças, o que vai gerar uma cultura de inclusão incorporando o desenho universal e não apenas uma questão de atendimento às leis e normas. Também se reforça, a necessidade de mais estudos e pesquisas, inclusive com a participação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, para que projetos, obras e fiscalizações estejam alinhados em sintonia com as normas e legislações para o bem-estar de todos.

Para o público infantil, pretende-se fazer uma análise posterior mais detalhada no espaço para avaliação de ergonomia e acessibilidade das ilhas pedagógicas e seus caminhos, entretanto, já foi possível perceber que alguns espaços do parque, como por exemplo ao redor



da lagoa, não possuem nenhum tipo de barreira ou qualquer balizador impedindo a identificação ou limitação do espaço que dá acesso as águas do lago, sendo uma área que permite o acesso de forma direta ao nível do pedestre, podendo ocasionar acidentes para os usuários, principalmente crianças.

Com a realização da pesquisa e apresentação dos resultados cumprimos com o objetivo de evidenciar a importância da acessibilidade nos espaços públicos e disseminar a cultura da inclusão, junto ao conceito de cidade educadora que afirma que o espaço por si só não pode resolver os desafios da cidade, mas também precisa da transversalidade entre as políticas e a avaliação junto a população dos espaços educativos da cidade.

REFERÊNCIAS

AIECE. **Cidades associadas**. Barcelona, 2022. Disponível <https://www.edcities.org/pt/lista-das-cidades-associadas/> Acesso em: 10 de maio de 2022

AIECE. **Educação e vida urbana:20 anos de Cidades Educadoras**. Lisboa, 2008. Disponível em:<https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2022

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://pessoacomdeficiencia.gov.br/app>. Acesso em: 20 maio de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso. Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pessoacomdeficiencia.gov.br/app>. Acesso em: 28 maio 2019. Cidades Associadas. Associação internacional de cidades educadoras. Barcelona. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/lista-das-cidades-associadas/>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

BARATTO, Romullo. "Projeto transforma o Parque da Liberdade de Fortaleza em uma "cidade das crianças". Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/931889/projeto-transforma-a-praca-da-liberdade-de-fortaleza-em-uma-cidade-das-criancas>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

BELLOT, Pilar Figueiras. **Ciudades educadoras, una apuesta por la educación**. Participación educativa, 2007.

DE BARCELONA, Declaração. Carta das cidades educadoras. Recuperado de: <http://www2.dce.ua.pt/caipi/DOCU/Cartadascidadeseducadoras.pdf>, 2004.

DEL POZO, Joan Manuel. Urbanisme educatiu: educació urbana. **Barcelona Societat: revista d'informació i estudis socials**, n. 19, p. 24-36, 2010.

GÓES, Gérsica Vasconcelos. **Um percurso sobre o patrimônio e a morfologia urbana do centro de Fortaleza-CE**. 2015. 220f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.



GÓMEZ-GRANEL, Carmen. VILA, Ignacio. **A cidade como projeto educativo.** Porto Alegre: Artmes, 2003.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. Arquitetura e Instrução pública: **A Reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará. 2011.** Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTIAGO, Zilsa; OLIVEIRA, Carlos Bruno; LESSA, Fernanda. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFC: Acessibilidade dos equipamentos nas praças do centro de Fortaleza. 2017.

VILLAR, Maria Belén Caballo. **A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal.** Lisboa: Edições Piaget, 2001.

WRI BRASIL. **Entenda o que é microacessibilidade e como ela incentiva modos de transporte mais sustentáveis.** 2016. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2016/07/entenda-o-que-e-microacessibilidad>. Acesso em: 24 maio. 2022.